

HABEAS CORPUS Nº 505.608 - PE (2019/0112907-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : RILSON DE ALBUQUERQUE VICTOR JUNIOR
ADVOGADO : RILSON DE ALBUQUERQUE VICTOR JÚNIOR - PE030103
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ANTONIO CESAR DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO APELO. *WRIT* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANTONIO CESAR DA SILVA, apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta dos autos que o Paciente, juntamente com corréu, foi condenado, como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, do Código Penal, à pena total de 18 (dezoito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento na Corte de origem.

Neste *writ*, alega o Impetrante, em síntese, a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo para o julgamento da apelação, aduzindo que o recurso foi distribuído no Tribunal estadual em agosto de 2015.

Pede, em liminar e no mérito, que seja permitido ao Paciente aguardar em liberdade o julgamento do recurso de apelação.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 40-41).

Informações às fls. 49-60.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do recurso (fl. 64).

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o Colegiado de origem, em 09/05/2019, negou provimento ao recurso de Apelação n.º 0395310-4, circunstância que evidencia a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora